

**“EMERGINDO DAS
ESCRITURAS” EM
CONTRAPONTO À MEMÓRIA
OFICIAL DO ABOLICIONISMO
NO CEARÁ E NO RIO GRANDE
DO SUL¹**

**“EMERGING FROM THE
SCRIPTURES” IN COUNTERPOINT
TO THE OFFICIAL MEMORY OF THE
ABOLITIONISM IN CEARÁ AND RIO
GRANDE DO SUL**

Arlson dos Santos Gomes

Doutor em História. Docente da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Unilab. Professor Permanente do Mestrado Interdisciplinar em Humanidades. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação da UFC. Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação da UECE. E-mail: arilsondsg@yahoo.com.br

Resumo: Para além de estabelecer comparações, este artigo tem por mote integrar a história passada e a atual das populações negras no Ceará e no Rio Grande do Sul. A elaboração desta narrativa advém das leituras e experiências de pesquisas executadas nesses dois estados, onde a historiografia sobre a escravidão e o abolicionismo se destacam. Contudo, o estudo busca ir além ao desenvolver uma reflexão embasada no conceito de oralitura, de Leda Martins (2003), para interpretar as resistências dessas populações por meio de estratégias organizativas que avançam no tempo e no espaço e ressignificam positivamente a história afrodescendente nesses dois estados brasileiros.

Palavras-chave: Abolicionismo. Organizações negras. Oralitura. Ceará. Rio Grande do Sul.

Abstract: For in the addition to establishing comparisons, this article aims to integrate the past and current history of black populations in Ceará and Rio Grande do Sul. The elaboration of this narrative comes from the readings and research experiences carried out in these two states, in which the historiography on slavery and abolitionism stands out. However, the study seeks to go further, by developing a reflection based on the concept of oraliture, by Leda Martins (2003) to interpret the resistance of these populations through organizational strategies that advance in time and space and positively reframe the Afro-descendant history in these two Brazilian states.

Keywords: Abolitionism. Black organizations. Oraliture. Ceará. Rio Grande do Sul.

¹ O presente artigo foi elaborado a partir da realização de uma *live* intitulada: Abolicionismo e organizações negras no Rio Grande do Sul e no Ceará, realizada a convite da historiadora Vera Lúcia Maciel Barroso, do Centro Cultural da Santa Casa de Porto Alegre no dia 24 de maio de 2022. LIVE O ABOLICIONISMO E AS ORGANIZAÇÕES NEGRAS NO RIO GRANDE DO SUL E NO CEARÁ. *Youtube*, 24 maio 2022. Transmitido pelo canal CHC Santa Casa, 1 vídeo sonor., color. (1h35min14s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5BY2YnBNKgc&t=353s>. Acesso em: 19 nov. 2022.

Introdução

O recorte temporal de longa duração, apresentado neste artigo, justifica-se na medida em que as dinâmicas das trajetórias das populações afrodescendentes desde o seu sequestro do continente africano — guardadas as proporções e as condições de existência — fixaram-se em registros de jornais impressos e em discursos intelectuais do século XIX. Posteriormente, foram interpretados por Institutos Históricos e, atualmente, em teses, dissertações, artigos e livros de inúmeras áreas das Ciências Humanas e Sociais. Na contemporaneidade, por meio do protagonismo de homens e mulheres ressignificados como negros e negras, novas histórias e memórias, escritas e lembradas pelos descendentes de um grupo outrora marginalizado, têm-se efetivado com vigor.

Diante disso, questiona-se como as ações das populações negras organizadas tensionaram e tensionam a memória oficial do abolicionismo no Rio Grande do Sul e no Ceará? Antes de levantar hipóteses, inicia-se pela origem da presença desses sujeitos na historiografia.

De acordo com Tshombe Miles, “[...] os africanos escravizados no Ceará foram usados desde o século XVII para pequenas plantações, cuidados com o gado, trabalhos domésticos, artesanais e outros e, no início do século XIX, para o cultivo de algodão”².

O “Continente de São Pedro”, como era conhecido o Rio Grande do Sul devido às montanhas e ao clima temperado, demora um pouco mais para ser ocupado. Esse, conforme como aponta Margaret Bakos³, por situar-se na zona temperada do continente, é momentaneamente excluído do esquema colonizador.

Em 1737, com a fundação da Vila de Rio Grande, inicia-se a colonização sistemática da região já com a presença do negro escravizado. Um levantamento populacional de 1780 revela a presença significativa dos escravizados nas regiões

² MILES, Tshombe L. *A luta contra a escravatura e o racismo no Ceará*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2011. p. 17.

³ BAKOS, Margaret Marchiori. *Escravidão e Abolição no Rio Grande do Sul*. 2. ed. Londrina: Eduel, 2018.

onde se desenvolve a cultura de trigo, feijão e mandioca, nas charqueadas, nos primeiros centros urbanos e nas primeiras estâncias gaúchas de criação⁴.

Em 1884, a própria província do Ceará extinguiu formalmente a escravidão, assim como o Rio Grande do Sul. Antes mesmo da abolição, os jornais anunciavam as profissões exercidas por escravizados, como demonstrou Moacyr Flores, no Sul: “[...] carpinteiro, sapateiro, marceneiro, carregador, padeiro, carneador, doceiro, calafate, alfaiate”⁵. Em Fortaleza, Juliana Linhares⁶, em suas pesquisas nos periódicos *Cearense* e *Pedro II*, identificou que — ao longo da década de 1870 — para os trabalhos domésticos de cozinheiro, lavadeira e engomadeira, negras e negros eram constantemente requisitados. Todavia, existiam as ações de resistências.

“Os jornais do período enchem-se de anúncios mandados publicar por senhores de escravos (escravizadores) acusando a fuga de seus servos e prometendo recompensar a quem os encontrasse e devolvesse.” Outra preocupação do escravizador do Rio Grande do Sul eram as fronteiras: “[...] a fronteira com países que libertaram mais cedo a escravaria traz muitos problemas para o Rio Grande do Sul.”⁷ Eram comuns, nas notícias publicadas nos jornais platinos, as denúncias à escravidão brasileira.

No Ceará, conforme Osvaldo de Oliveira Riedel⁸, por meio de análises dos jornais *A Constituição*, *Cearense*, *Correio da Assembleia Provincial*, *Jornal Fortaleza*, *O Commercial*, *Pedro II* (editados na capital da Província) e *Araripe* (publicado no

⁴ BAKOS, 2018. Destaca-se que o aprendizado da produção de charque, segundo Mario Maestri, viaja do Ceará para o Rio Grande do Sul. “Em decorrência das secas de 1777, 79 e 92, que dizimaram os rebanhos nordestinos e golpearam a produção de carne seca da região, o lusitano José Pinto Martins, dedicado a atividade no Ceará, mudou-se para o Sul e estabeleceu em São Francisco de Paula, a futura vila de Pelotas”, a sua charqueada. “Que parece ter sido a primeira instalação permanente de maior porte a produzir em nível manufatureiro [...]”, em terras gaúchas, o charque ou a carne de sol, como é conhecida no Ceará. MAESTRI, Mario. *O escravo gaúcho – resistência e trabalho*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1993. p. 40.

⁵ FLORES, Moacyr. *Negros na Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: EST, 2004. p. 20.

⁶ LINHARES, Juliana M. “Precisa-se de um criado bom, livre ou escravo”. O serviço doméstico em Fortaleza em fins do século XIX. In: FUNES, Eurípedes Antônio; RODRIGUES, Eylo Fagner Silva; RIBARD, Franck (org.). *Histórias de Negros no Ceará*. [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Editora Fi, 2020. p. 82-106.

⁷ BAKOS, 2018, p. 30-31.

⁸ RIEDEL, Osvaldo de Oliveira. *Perspectiva antropológica do escravo no Ceará*. Fortaleza: Editora da UFC, 1988.

Crato) foram identificados, entre 1839 e 1880, um total de 123 anúncios de fugas de escravizados.

Os conceitos de “abolicionismo”, enquanto movimento social cunhado por Angela Alonso⁹, e de “organizações negras” serão operatórios na análise. Essas organizações de cunho religioso, de ajuda mútua, cultural ou, na perspectiva atual, de organizações não governamentais, encerraram em si uma característica comum que se traduz na preservação da identidade e nas reivindicações para o estabelecimento de condições dignas de sobrevivência aos afrodescendentes¹⁰.

Ao longo do tempo, as organizações negras intensificaram suas ações das fugas às resistências intelectuais e políticas, possibilitadas pelo estado de direito que constantemente deve ser provocado para tratar todos como iguais de fato. A “oralitura”, de Leda Martins¹¹, trata-se de um saber alterno encarnado na memória do corpo da voz em que a ressignificação do ambiente geográfico e simbólico ocorre. É por meio dela que identificamos as pessoas que emergem das escrituras, tecidas de memória e fazendo memória, como “ressemantização” das perdas.

Além de uma bibliografia pertinente, as reflexões do estudo serão cotejadas com fontes impressas e materiais localizadas no acervo do Museu Memorial da Liberdade de Redenção e no Museu do Ceará.

O artigo será desenvolvido em dois momentos: no primeiro, serão interpretados o abolicionismo e a participação das populações negras nos dois estados; no segundo, problematizados os protagonismos dos sujeitos negros e negras pela atualização da escrita e da memória desse grupo na contemporaneidade.

⁹ ALONSO, Angela. O abolicionismo como movimento social. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 100, p. 115-137, nov. 2014.

¹⁰ PEREIRA, Lúcia R. Brito. *Cultura e Afrodescendência: Organizações Negras e suas estratégias educacionais em Porto Alegre (1872-2002)*. 2008. 450 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

¹¹ MARTINS, Leda. Performances da oralitura: corpo, lugar da memória. *Letras*, Santa Maria, n. 26, p. 63-81, 2003.

O abolicionismo e a participação das populações negras no Rio Grande do Sul e no Ceará

De acordo com a pesquisadora Angela Alonso, no que diz respeito à abolição enquanto movimento social, foram os abolicionistas quem primeiro explicaram a abolição. “Seus discursos em efemérides, retrospectos na imprensa e memórias delinearão fatos, líderes e datas capitais do abolicionismo”¹². Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, Duque Estrada (1918) e Evaristo de Moraes (1924), embora reconhecendo predecessores, elegeram 1879 como o início do movimento antiescravista no Brasil.

No parlamento nacional, o movimento inicia em 1879, com o discurso do político sergipano Jerônimo Sodré (1831-1901) e é retificado após as denúncias de Nabuco, eleito deputado naquele ano. Em 1880, organiza e instala, na sua residência, a *Sociedade Brasileira Contra Escravidão*, desafiando a elite conservadora que considerava a manutenção da escravidão indispensável ao desenvolvimento do País. Entre os líderes do movimento abolicionista, estavam: Nabuco, André Rebouças, José do Patrocínio e João Clapp com a Confederação Abolicionista¹³.

Contudo, o movimento abolicionista antecede Nabuco e o ano de 1879. “Associações antiescravistas remontam às vésperas da lei Eusébio de Queirós, que proibiu o tráfico ultramarino de escravos em 1850, e manifestações coletivas contra a escravidão cresceram na segunda metade dos anos 1860, antes da Lei do Ventre Livre.”¹⁴

As abolições, no Ocidente, compuseram um grande ciclo de mobilização, começando pela Inglaterra, no século XVIII, e estendendo-se até a segunda metade do XIX. Mudanças estruturais compeliram ao abandono do escravismo em favor do trabalho livre, compatível com as formas capitalistas de produção. “A partir da

¹² ALONSO, 2014, p. 117.

¹³ GOMES, Arilson dos Santos. *Joaquim Nabuco: o visionário político das ações de inclusão social (1849-1910)*. Pelotas: Ufpel, 2010.

¹⁴ ALONSO, 2014, p. 116. Após a Lei Euzébio de Queirós (que proibiu o tráfico transatlântico de escravos), surge o tráfico interprovincial. Aliás, desde 1831, com a Lei Feijó, que teoricamente proibiu a importação de escravizados para o Brasil, a imigração passa a ser pensada como solução para a substituição da mão de obra escrava pelo trabalho livre. “Pensando na expansão cafeeira surge a tese da colonização no parlamento”. COSTA, Emilia Viotti da. *Da Monarquia à República – Momentos decisivos*. São Paulo: Editora UNESP, 1998. p. 201.

segunda metade dos anos 1860, o cenário internacional deixou o Brasil na situação incômoda de candidato a última nação escravista do mundo civilizado.”¹⁵

No Rio Grande do Sul, as discussões em torno da liberdade remontam a guerra farroupilha e os seus ideais liberais. A guerra farroupilha, oficialmente decantada como “Revolução Farroupilha”, foi um conflito que ocorreu entre as elites sul-rio-grandenses e o Império entre 1835 e 1845. “Os rio-grandenses e o governo imperial veem-se às voltas com a libertação do escravo-soldado.”¹⁶

Embora os farroupilhas lutassem por liberdade, igualdade e humanidade, como aponta Moacyr Flores, o movimento não pode ser considerado abolicionista, já que as suas lideranças seguiram o imaginário da época que considerava o negro como inferior; assim, o discriminava justificando o sistema da escravidão. “Os liberais colocavam a liberdade na propriedade o escravizado, sendo uma propriedade, só podia ser libertado pelo senhor (escravizador), pois o Estado não podia intervir na propriedade.”¹⁷

Os farroupilhas visavam libertar o escravizado apto para as armas. Ou seja, “[...] a alforria é para os farroupilhas um elemento de coerção social com o sentido primordial de arregimentar soldados para suas fileiras. Não há nada que evidencie esforços para extinguir a escravidão.”¹⁸ Essa condição é evidenciada na manutenção da escravaria das lideranças do movimento, como em Bento Gonçalves e o tratado de Poncho Verde, que sancionou a vitória dos imperiais, e no episódio da Traição dos Porongos quando foram dizimados os lanceiros negros em 14 de novembro de 1844¹⁹.

¹⁵ ALONSO, 2014, p. 122-123.

¹⁶ BAKOS, 2018, p. 44.

¹⁷ FLORES, 2004, p. 16. Existiu, na realidade, a relação entre os grupos sociais em combate: “[...] fazendeiros, charqueadores, homens livres e cativos negros [...]” todos “[...] foram envolvidos e participaram do conflito, muitas vezes ombro a ombro [...]”. “Entretanto, terminava aí toda e qualquer comunhão de ideário político e social.” (MAESTRI, 1993, p. 78). “O alistamento de ex-cativos deveu-se igualmente à necessidade farroupilha de formar infantaria de lanceiros, utilizados com sucesso pelos imperiais”. Inclusive, “o homem sulino considerava indigno lutar a pé” e negros e brancos, marchavam, comiam e dormiam separados (MAESTRI, 1993, p. 79-80).

¹⁸ BAKOS, 2018, p. 45.

¹⁹ MAESTRI, 1993. Essa circunstância que não impediria as elites políticas décadas após se apropriarem das tradições libertárias dos gaúchos como aponta Maria Angélica Zubarán em: ZUBARAN, Maria Angélica. A invenção branca da liberdade negra: memória social da abolição em porto alegre. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, Uberlândia, v. 6, n. 3, p. 1-16, 2009.

No plano nacional, Emília Viotti da Costa analisa que, entre 1850 e 1871, o abolicionismo se instaura na Câmara por meio das discussões de projetos para liberdade de nascituros e a proibição da posse de escravizados a estrangeiros e conventos, e a proibição da venda sob pregão em exposição pública ao Estado. O surgimento das indústrias e das construções das ferrovias, as pressões internacionais e os reflexos da Guerra do Paraguai constituem esse momento²⁰. É época em que despontam críticas à escravidão na opinião pública. Na literatura, como exemplo, temos as escritas de Castro Alves (1847-1871).

No estado sulino, na cidade de Porto Alegre, em 1868 é criada a Sociedade Partenon Literário, que inicia um ciclo literário regionalista da província gaúcha. Na revista que essa sociedade publica, Vitor Valpírio — pseudônimo de Alberto Cunha — é o primeiro a retratar, em forma de conto, o drama do escravizado. Começa, assim, “[...] a fase do realismo na literatura gaúcha, tornando-se a presença do negro uma das suas características mais importantes. O Partenon Literário propunha-se a lutar pela abolição.”²¹

A partir de 1860, em virtude da economia do algodão, considerado o “ouro branco” do Ceará, a capital cearense experimentou um impulso demográfico, econômico e urbano. Em fortaleza, a partir de 1872, ocorreu a formação da Academia Francesa. Essa sociedade letrada combateu, veementemente, os setores mais tradicionais da sociedade cearense, como a Igreja Católica, acusando a pedagogia da Companhia de Jesus que, na sua visão, condenava a vitalidade dos povos subjugados, como aponta Gleudson Passos Cardoso²². Os seus frequentadores, entre eles Capistrano de Abreu (1853-1927), defendiam a sociedade industrial-civilizatória, o progresso, a tecnologia e a ciência, responsabilizando a Igreja pelo atraso material e moral daquela sociedade.

Os intelectuais da Academia Francesa eram adeptos da filosofia positiva, e alardeavam a importância do trabalho disciplinado, do ajustamento moral e da importância do conhecimento científico como forças transformadoras. Como

²⁰ COSTA, Emília Viotti da. *A abolição*. São Paulo: Global, 1982.

²¹ BAKOS, 2018, p. 53.

²² CARDOSO, Gleudson Passos. *Padaria Espiritual: biscoito fino e travoso*. 2. ed. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006.

ramificação da Academia e do movimento abolicionista Sociedade Cearense Libertadora (SCL) (1881), surge o Clube Literário, círculo que passa a escrever artigos no Jornal o Libertador (1881-1889) a favor da abolição na província cearense. Intelectuais como Guilherme Studart (1856-1938), Antônio Bezerra de Menezes (1841-1921), entre outros, identificados como “Mocidade Cearense”, pautados nas obras de Charles Darwin, justificavam a abolição como uma evolução biológica social e moral do povo cearense, que “[...] devido à grande seca de 1877, adquiriu força e índole capazes de promover o bem comum.”²³

Outra fase importante do abolicionismo, conforme Emília Viotti da Costa²⁴, constitui a Lei do Ventre Livre. Inclusive, a Sociedade Partenon Literário de Porto Alegre, citada há pouco, não era revolucionária, embora pioneira em promover a abolição, pois incentivava a abolição gradual, sugerindo a aprovação da Lei do Ventre Livre²⁵.

O abolicionismo foi um movimento, uma arena que, no Ceará, contou com jangadeiros, políticos e setores sociais. Conforme Ângela Alonso, o abolicionismo forma uma

[...] rede em contínuo rearranjo, com posicionamentos que mudam ao longo do processo político, conforme as constelações de forças. Ao contrário das instituições, com seus membros fixos e fronteiras claras, movimentos têm limites fluidos e participantes voláteis, que entram e saem.²⁶

Entre os anos de 1877 e 1880, mesmo com os reflexos das secas, prosseguia o comércio de escravos nos portos do Ceará, principalmente para as lavouras de outros estados, como São Paulo. Surgem, no Ceará, para o combate a essas

²³ CARDOSO, 2006, p. 18-20.

²⁴ COSTA, 1982.

²⁵ BAKOS, 2018.

²⁶ ALONSO, 2014, p.120. Portanto, José do Patrocínio, as Sociedades Libertadoras e o movimento dos jangadeiros constituem esse movimento, essa rede. Ângela Alonso constatou em impressos de nove províncias que as estratégias de mobilização ocorriam desde ações institucionais às manifestações públicas em espaços fechados e em espaços abertos, ação de difusão, ação simbólica, ação direta e ação de confrontação. Constata-se que os jangadeiros cearenses fizeram “ações diretas” contra a escravidão. ALONSO, 2014, p. 120-121.

situações, as sociedades abolicionistas, com destaque para a SCL e o periódico da associação, denominado *Libertador*²⁷.

No dia 27 de janeiro de 1881, os “libertadores” resolvem trancar o porto de Fortaleza ao tráfico negreiro. Os navios “Espírito Santo” e “Pará” foram impedidos de transportar escravizados pelos jangadeiros, que eram responsáveis pelo acompanhamento dos navios até o início das águas profundas. O primeiro líder do movimento grevista foi o pescador Antônio Napoleão; depois dele, Francisco José do Nascimento. Segundo Edmar Morel, influenciado pelos líderes da SCL, Nascimento assumiu a liderança dos grevistas. Concomitantemente à greve dos jangadeiros, os “libertadores” arrebatavam carruagens com escravizados destinados aos navios atracados no porto²⁸. José do Patrocínio, um dos abolicionistas mais conhecidos da época, manteve estreita relação com os cearenses. Fez visitas à região para participar dos eventos relacionados às libertações dos escravizados de algumas localidades do Ceará, em especial na cidade de Acarape (atual Redenção)²⁹.

Para José Hilário Ferreira Sobrinho, a causa da eficácia da abolição no Ceará foi o movimento dos jangadeiros, e não a SCL. Sobrinho destaca que os jangadeiros sofreram as experiências da escravidão, bem como foram testemunhas das embarcações de escravizados para o Rio de Janeiro e São Paulo, o que gerou as reações dos jangadeiros negros Francisco Nascimento e Antônio Napoleão, principais lideranças do movimento que iniciou o final da escravidão no Porto de Fortaleza. Para Ferreira Sobrinho, “[...] a classe média, influenciada pelas ideias modernas e liberais, com a fundação da sociedade abolicionista “Perseverança e Porvir” encontrou a ressonância necessária à recusa de não mais transportar para bordo dos barcos os cativos do sul.”³⁰ No processo identificado pelo autor, teriam sido os jangadeiros

²⁷ MOREL, Edmar. *Vendaval da liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. p. 89.

²⁸ MOREL, 1967. Edmar Morel (1912–1989), por meio de entrevistas, impressos jornalísticos, diário íntimo do próprio Francisco José do Nascimento e documentos de família, conforme registrado na introdução do livro *Dragão do Mar o jangadeiro da Abolição*, publicado em 1949, teve como intenção criar a figura do jangadeiro Francisco José do Nascimento como um “herói da plebe”. XAVIER, Patrícia Pereira. História, Memória e Historiografia: o Dragão do Mar na escrita de Edmar Morel (1949). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. *Anais (...)*. Fortaleza: ANPUH, 2009.

²⁹ FERREIRA SOBRINHO, José Hilário. *Catirina, minha nêga tão querendo te vende*. Escravidão, tráfico e negócios no Ceará do século XIX. Fortaleza: Secult, 2011.

³⁰ FERREIRA SOBRINHO, 2011, p. 262.

negros os principais protagonistas do episódio, que contou com a participação da Preta Simoa, esposa de José Napoleão, mulher negra que, segundo a tradição oral, teve importante participação na greve dos jangadeiros e que permanece silenciada na história cearense.

Nesse contexto, a instituição da escravidão praticamente se dissolveu no Nordeste, onde terminou mais cedo do que no centro-sul do País. Com isso, “[...] ocorreu um deslocamento maciço de escravos das regiões nordestinas, com destino, principalmente, às plantações de café do Sudeste.”³¹

Como enfatiza Paulo Henrique Martins: “[...] a abolição total no Ceará ocorreu no dia 25 de março de 1884 [...]”; contudo, “[...] o pós-abolição na terra da luz é formatado pelo silêncio sobre o liberto e o negro no Ceará ou a depreciação de sua atuação de forma mais ampla.”³²

Maria Angélica Zubaran investigou como uma memória social da abolição foi construída pelas elites políticas regionais em Porto Alegre durante a libertação dos escravizados em Sete de Setembro de 1884, na mesma data da independência nacional. Na visão da autora, as elites políticas se apropriam do passado libertário da “Revolução Farroupilha” ao mesmo tempo em que silenciam a participação das organizações negras e produzem uma “[...] invenção branca da liberdade negra.”³³

Em 1883, os partidos Conservador, Liberal e Republicano reconheciam a necessidade de abolir a escravidão³⁴. O Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) teve importante destaque no movimento abolicionista³⁵. Este posicionamento, em grande parte, era adotado pela doutrina da Igreja Positivista, que postulava a liberdade humana condenando, sistematicamente, a posse de escravos. Embora o PRR tivesse

³¹ IRFFI, Ana S. Ribeiro P. Cortez. *O Cabra do Cariri Cearense: a invenção de um conceito oitocentista*. 2015. 354 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015. p. 220.

³² MARTINS, Paulo H. de Souza. *Escravidão, Abolição e Pós-Abolição no Ceará: sobre histórias, memórias e narrativas dos últimos escravos e seus descendentes no Sertão Cearense*. 2012. 128 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012. p. 44.

³³ ZUBARAN, 2009, p. 1.

³⁴ ZUBARAN, 2009.

³⁵ BAKOS, Margaret Marchiori. Julio de Castilhos e a campanha abolicionista. In: AXT, Gunter *et al* (org.). *Julio de Castilhos e o paradoxo republicano*. Porto Alegre: Nova Prova, 2005. p. 217-228.

seus ideais embasados nas demandas positivistas que desejavam a abolição plena da escravidão, na prática, as incoerências pautavam o discurso de suas lideranças. Conforme identificado na carta enviada por Castilhos a uma pessoa chamada “Chiquinho”, de sua confiança, ele relata a negociação de compra e venda de um escravo de sua propriedade³⁶. Contudo, como destacou Angela Alonso, “Quem primeiro explicou a abolição foram os abolicionistas.”³⁷

Para se ter uma constatação dos silêncios impostos as organizações negras, na data da libertação, a Irmandade do Rosário (1876) doou cartas de alforrias. A Sociedade Floresta Aurora (1872) participou daquele momento com a sua banda musical e a Sociedade Emancipatória Esperança e Caridade (1883), composta por escravizados, comunicou ter alforriado 54 escravizados até fevereiro de 1884. Aurélio Veríssimo de Bittencourt, político e jornalista, e André da Rocha, dramaturgo — ambos negros — foram figuras destacadas na denúncia da escravidão e na divulgação da abolição nos meios culturais da cidade. As ações coletivas e individuais dos sujeitos negros foram silenciadas nos discursos dos movimentos abolicionistas sul-rio-grandenses³⁸.

O destaque à emancipação ficou com o Clube Abolicionista de Porto Alegre, fundado em 1883 por membros do “Partenon Literário”. Com o lema “A liberdade humana não pode ser comprada ou vendida”, não eram revolucionários, mas defendiam uma liberdade condicionada por meio de um contrato de prestação de

³⁶ BAKOS, 2005.

³⁷ ALONSO, 2014, p. 117.

³⁸ ZUBARAN, 2009. Destaca-se o papel das irmandades católicas para o surgimento dos clubes negros sul-rio-grandenses. Os Clubes Sociais Negros são espaços associativos do grupo étnico afro-brasileiro, originário da necessidade de convívio social do grupo, voluntariamente constituído e com caráter beneficente, recreativo e cultural, desenvolvendo atividades num espaço físico próprio (OLIVEIRA SILVEIRA *apud* ESCOBAR, Giane Vargas. *Clubes sociais negros: lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial*. 2010. 205 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010. p. 61). Como destaque evidenciamos a Sociedade Floresta Aurora, fundada em Porto Alegre em dezembro de 1872, antes da abolição em qualquer região do país, e que este ano completa 150 anos de sua existência. Suas ações e características o diferenciam de outras organizações negras como a Sociedade Protetora dos Desvalidos (SPD) da Bahia, datada de 1832, já que além do mutualismo, do assistencialismo e da compra de cartas de alforrias o caráter recreativo e cultural eram eminentes nos espaços físicos da SFA. Outro destaque é a imprensa negra originada no Rio Grande do Sul, que por meio de denúncias acusava o racismo científico desde o início da república, como aponta Maria Angélica Zubaran. ZUBARAN, 2009.

serviços dos antigos escravizados, como se fosse algo intermediário por um período de sete anos³⁹.

Outra marca do movimento abolicionista do Rio Grande do Sul foi a construção da noção de emancipação pioneira, apesar de o Ceará e o Amazonas terem abolido a escravidão antes. Para construir essa representação, as elites recorreram à tradição da “Revolução Farroupilha”, considerada a mais longa Guerra Civil do Império (1835-1845), mas que, como vislumbramos, não correspondeu a um movimento abolicionista; muito pelo contrário, reproduziu a inferioridade legada às populações negras.

Para José Hilário Ferreira Sobrinho, “[...] a postura metodológica liberal-positivista procurava privilegiar os grandes feitos de personagens políticos, geralmente brancos [...]”⁴⁰ Essas situações são identificadas no Museu do Estado do Ceará no *Livro de Prata* e na pintura *Fortaleza Liberta*, de José Irineu de Sousa, em que é reproduzida a sessão presidida por Sátiro de Oliveira Dias, presidente da Província, na qual é decretado o fim da escravidão em 19 de outubro de 1883. No ano seguinte, o dia 25 de março de 1884 foi a data escolhida para “comemorar” oficialmente a abolição da Escravidão no Estado do Ceará, considerada, desde então, a “Terra da Luz”⁴¹.

Está escrito no Livro de Prata, localizado no Museu do Ceará: “A província do Ceará não possui mais escravos! Viva S. M. O Imperador! Viva a Constituição e a Liberdade! Viva o glorioso dia 25 de Março!”⁴²

Para Ana Amélia Rodrigues de Oliveira, o quadro *Fortaleza Liberta* ilustra a forma com que a abolição foi sendo construída na memória histórica como um

³⁹ ZUBARAN, 2009.

⁴⁰ FERREIRA SOBRINHO, 2011, p. 262.

⁴¹ No país, em 1885, em medida paliativa, a liberdade é garantida para os escravos com idade superior a 65 anos. CHANDLER, Bill. Os escravistas renitentes de milagres: um pós-escrito à história da escravidão no Ceará. In: STUART FILHO, C. *Revista do Instituto do Ceará*, 1966. p. 169-176. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1966/1966-RevisionismoHistoricoceaHistoriadooCeara.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2022.

⁴² LIVRO DE PRATA de 1884, Museu do Ceará. São Paulo: Banco Safra, 2012. p. 218-219.

“negócio de brancos”⁴³. O único negro no quadro, já incorporado à memória oficial, é Francisco José do Nascimento, o “Dragão do Mar”. Todavia, não era mencionado como negro, à época, por ter-se colocado às “causas nobres”. Outro bem cultural que consta no acervo do Museu é a carranca (proa) da barca Laura II, mas que, por estar relacionado ao motim de escravizados rebelados (ocorrido em 1839 no litoral cearense) contra a tripulação, foi relacionado à “selvageria horripilante” pelos abolicionistas. O objeto não foi relacionado a um ato de liberdade da embarcação que saiu de São Luiz com a ampla maioria de escravizados a bordo. No julgamento, em que foram condenados, reclamaram de fome e maus tratos. Como resultado, em outubro de 1839, após cortejo pelo centro de Fortaleza, os rebeldes foram enforcados em praça pública. Evidenciar a ação liderada pelo negro Constantino que “[...] deu origem ao motim dos pretos da Laura e suas consequências é dar um passo na compreensão geral dos atos de resistências”, aponta Jofre Teófilo Vieira⁴⁴.

O museu do Estado do Ceará foi criado em 1932, sendo a primeira instituição pública vinculado ao governo do Estado. Sabe-se que os museus instruem, constroem memórias e sentidos e que, no Ceará, os abolicionistas são os libertadores⁴⁵.

Em artigo publicado na Revista do Instituto Histórico do Ceará, em uma revisão histórica, Bill Chandler⁴⁶ destaca a manutenção de 200 escravizados na cidade de Milagres mesmo com a abolição. A denúncia foi realizada pelo jornal da Sociedade Libertado Cearense — o *Libertador* — em outubro de 1886, que acusava “[...] o assentimento do presidente da Província e do Inspetor do Tesouro.” Com demora e conivência, além de não serem multados como previa a Lei, os escravizadores foram beneficiados com a possibilidade de manter os seus escravizados por mais três anos de serviços para não deixar “desertas as senzalas”.

⁴³ OLIVEIRA, Ana A. Rodrigues de. Memória em disputa: o negro e a abolição no Museu do Ceará. In: FUNES, Eurípedes Antônio *et al* (org.). *África, Brasil, Portugal: História e Ensino de História*. Fortaleza: Editora da UFC, 2010. p. 252-267. p. 254.

⁴⁴ VIEIRA, Jofre Teófilo. “Uma conspiração de cozinha tantas vezes fataes a sala”: o motim dos pretos da Laura em 1839. In: FUNES, Eurípedes Antônio; RODRIGUES, Eylo Fagner Silva; RIBARD, Franck (org.). *Histórias de Negros no Ceará*. [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Editora Fi, 2020. p. 148-171. p. 149.

⁴⁵ OLIVEIRA, 2010.

⁴⁶ CHANDLER, 1966.

Para Chandler⁴⁷, em seu pós-escrito à escravidão, a abolição no Ceará ocorreu, de fato, somente em 13 de maio de 1888 com a Lei Áurea⁴⁸.

Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, ao tratar o contexto dos operários negros no período, aduz que “[...] o escravizado virou um pária na zona rural, um marginalizado na cidade, desempregado, às vezes trabalhando a troco de quase nada e morando em aglomerados junto às cidades.”⁴⁹

Após a abolição, as formas de controle dos grupos hegemônicos se tornam mais sofisticadas. Além de silenciar o protagonismo negro no movimento abolicionista, a escrita da história elaborada pelas lideranças políticas e intelectuais silenciou a participação das organizações de homens e mulheres negros e negras na luta por sua liberdade, reforçando os feitos dos abolicionistas em nomes de ruas, de cidades e de parques, a exemplo da cidade de Redenção no Ceará e do Parque da Redenção em Porto Alegre.

As disputas pela memória e a oralitura

Os aspectos populacionais do branqueamento fundamentam-se nas bases da miscigenação, como meio de substituir progressivamente a população negra⁵⁰. Em 1903, em um texto produzido por ocasião do tricentenário do Ceará (1603-1903), o historiador Américo Barreira constata que o Ceará era uma província feliz porque não teve a mescla com o negro, sendo o verdadeiro tipo cearense o cruzamento do português com o índio⁵¹.

Em 1933, pelas escritas de Gilberto Freyre (1900-1987), têm-se as linhas ideológicas para a elaboração de um País idílico em torno das relações harmônicas

⁴⁷ CHANDLER, 1966.

⁴⁸ No dia 19 de maio de 1888, na Câmara de Acarape, futura cidade de Redenção, em sessão presidida por Antônio Leonel de Vasconcellos, foi proposto que “[...] esta sessão fosse excepcionalmente para fazer uma manifestação de apreço à pessoa da Augusta princesa imperial pelo bem que fez a este império com a sanção da lei número trezentos e cinquenta e três de treze do corrente mez.” [sic]. ATA DE REUNIÕES da Câmara da Vila de Acarape. Acervo do Museu Memorial da Liberdade, Redenção/Ceará, 19 de maio de 1888. [n.p.].

⁴⁹ SILVA, Petronilha B. Gonçalves e. *Histórias de operários negros*. Porto Alegre: EST, 1987. p. 14.

⁵⁰ SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

⁵¹ BARREIRA, 1903 *apud* FUNES, Eurípedes Antônio. Negros no Ceará. In: SOUZA, Simone de. *Uma nova História do Ceará*. 4. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007. p. 103-132.

entre índios, negros e brancos, com destaque para a maleabilidade do branco português em se relacionar afetivamente com outros grupos e culturas⁵².

Parsifal Barroso, intelectual cearense, foi um admirador confesso de Freyre. Conforme Barroso, ele procurou, no “mestre”, elementos da “[...] flor amorosa das três raças tristes [...]”⁵³. Conclui suas pesquisas defendendo que o Ceará é constituído por apenas duas combinações étnicas básicas — o português e o índio — considerando a contribuição africana sem importância.

Roger Bastide, um dos pesquisadores que desmistificou a ideologia da democracia racial brasileira na década de 1950, não escapou da ideologia regionalista cearense. Afirmou que o negro marcou a civilização da cana, com cantos, danças e o ritmos dos tambores, “[...] mas não marcou a civilização do Sertão, que não necessitava de mão de obra abundante, quando existia era o escravo doméstico que cultivava a roça ou cozinhou.”⁵⁴. O renomado estudioso contribuiu para o silenciamento da presença negra no Sertão, reduzindo o Sertão e a civilização da cana ou do coro como um sistema binário sem conexões e as redes que perfazem a cultura negra e as experiências dessas populações. Situação que a historiografia e as pesquisas atuais contribuem para desconstruir, pois as africanidades existiram do Litoral ao Sertão cearense, como o identificado nas irmandades, nos maracatus, na capoeira, no bumba-meu-boi e no candomblé.

No Ceará, a constituição de uma identidade regional, como destaca o antropólogo Alex Ratts⁵⁵, foi pensada desde a segunda metade do século XIX. Tem um duplo sentido na “extinção” indígena e na “ausência” da população negra na formação étnica dos cearenses, o que permite discutir a construção dessa invisibilidade.

Com relação a democracia rural, no Rio Grande do Sul, o viajante Saint-Hilaire destacou que, nessa província, a criação do gado e o trabalho nos campos de trigo proporcionou ao escravizado uma condição melhor do que no restante do país.

⁵² FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora S.A, 1981.

⁵³ BARROSO, Parsifal. *O cearense*. Rio de Janeiro: Record, 1969. p. 44.

⁵⁴ BASTIDE, Roger. *Brasil, Terra de Contrastes*. São Paulo: Difel, 1979. p. 86.

⁵⁵ RATTS, Alecsandro J. P. Os povos invisíveis: territórios negros e indígenas no Ceará. *Cadernos Ceru*, São Paulo, série 2, n. 9, p. 109-127, 1998.

Conforme sua observação: “[...] os senhores (escravizadores) das estâncias trabalhavam tanto quanto eles”⁵⁶. “A criação tem sempre a mesma função democratizadora que já encontramos várias vezes, de nivelamento de cores, das camadas ou condições”⁵⁷.

Para Fernando Henrique Cardoso, essa ideologia serviu aos interesses de uma historiografia tradicional que fundamentou “[...] a democracia rural gaúcha.”⁵⁸ “O gaúcho nunca admitiu preeminências de classes ou de raças”⁵⁹. “O senhor trabalhava de par com o escravo ou peão, suportando galhardamente, as ardentias do verão ou os rigores da invernia.”⁶⁰

Para além dos discursos harmônicos, em 1958, a Sociedade Floresta Aurora organiza o Congresso Nacional do Negro na cidade de Porto Alegre no ano de 1958 para combater o analfabetismo que assolava as populações negras. Em 1971, também na capital do Rio Grande, o Grupo Palmares — formado por intelectuais negros e negras — denuncia a democracia racial e rural presente na sociedade gaúcha e brasileira. O que culmina com a evocação do 20 de novembro em 1978 como um dia de denúncia e de afirmação da consciência negra.

Em 1982, surge, no Ceará, o Grupo da Consciência Negra (Grucon). Em sua cartilha, o Grucon enfatiza que, para afirmar a identidade negra, era “fundamental [...] estudar História da África, História do negro no Brasil e a cultura negra, economia, redação, poesia, dança, pintura, escultura, fotografia, sociologia e filosofia, para que possa reverter o quadro de falta de informação” (não foi publicado)⁶¹. Depois desse grupo, surgiram as organizações Filhos d’África, Agente de Pastoral Negros (APNs) e Grupo de Mulheres Negras de Fortaleza.

⁵⁶ SAINT-HILAIRE, 1974 *apud* BASTIDE, 1979, p. 171.

⁵⁷ BASTIDE, 1979, p. 171.

⁵⁸ CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional – O negro na sociedade escravocrata do RS*. São Paulo: Paz e Terra, 1991. p. 115.

⁵⁹ GOULART, 1933 *apud* CARDOSO, 1991, p. 115.

⁶⁰ PARDELHAS, 1937 *apud* CARDOSO, 1991, p. 118.

⁶¹ Cartilha do GRUCON, 1982 *apud* NASCIMENTO, Joelma Gentil do. *Memórias organizativas do movimento negro cearense: algumas perspectivas e olhares das mulheres militantes, na década de oitenta*. 2012. 189 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012. p. 116.

Às vésperas do centenário da abolição no Ceará, surge um movimento negro organizado para contrapor a versão oficial e humanitária do abolicionismo cearense, elaborada pelo Instituto Histórico do Ceará. Em 1992, em comemoração aos 10 anos do movimento negro no estado, foi realizado, na Universidade Federal do Ceará, o Seminário Negrada Negada entre os dias 12 e 15 de maio⁶².

Na contemporaneidade, as populações negras, por meio de ações coletivas, “emergem das escrituras” e entram na disputa pela memória, incluindo transformações expostas nos lugares de memória, exigindo uma nova postura em relação às representações das populações negras nas exposições públicas em que instrumentos de torturas e bens culturais retratando a violência e a submissão são a regra⁶³.

As organizações negras tensionam o poder público em alusão à memória do abolicionismo, representado na lápide (monumento) erigida à memória dos *Lanceiros Negros* no Parque da Redenção de Porto Alegre e no monumento da *Negra Nua*, edificado na cidade de Redenção, no Ceará. Observem que, em ambos os estados, a “redenção” foi reproduzida para a perpetuação da memória (do monumento) nos espaços públicos, como símbolo oficial de um passado glorioso⁶⁴. A antiga Vila do Acarape, inclusive, teve o seu nome alterado para cidade de Redenção em alusão ao pioneirismo cearense.

Um dos símbolos do abolicionismo porto-alegrense, como destaca Maria Angélica Zubaran⁶⁵, é o *Livro de Ouro*, um documento de registro das sessões especiais, criado pela Câmara de Vereadores da cidade. Na fonte primária, é destacada a data oficial da libertação, ocorrida no dia 7 de setembro de 1884. Foi no *Livro de Ouro* que os abolicionistas rio-grandenses registraram a proposta para que o “Campo do Bonfim” passasse a se chamar “Campo da Redenção”, conhecido pelos

⁶² SOUSA, Antonio Vilamarque C. de. *Da “negrada negada” a negritude fragmentada: o movimento negro e os discursos identitários sobre o negro no Ceará (1982-1995)*. 2006. 191 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

⁶³ GOMES, Arilson dos Santos. *Escravidão e Pós-Abolição no Ceará: memórias e trajetórias das populações libertas na cidade de Redenção*. *Revista Crítica Histórica*, Maceió, v. 12, n. 23, p. 189-221, 2021. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/criticahistorica/article/view/11498>. Acesso em: 23 nov. 2022.

⁶⁴ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2003.

⁶⁵ ZUBARAN, 2009.

porto-alegrenses como “Parque da Redenção”. Em um dos espaços do parque, foi construída uma lápide em homenagem aos *Lanceiros Negros*.

Conforme matéria localizada no jornal *Correio do Povo*, em 2004, foi apresentado um projeto alusivo aos 160 anos do chamado *Massacre de Porongos* pelos vereadores Raul Carrion (PCdoB) e Humberto Goulart (PDT), aprovado pela Câmara. Na ocasião, Carrion disse que, “[...] apesar de ser historiador, desconhecia o assunto, do qual só tomou conhecimento após o convívio com integrantes do Movimento Negro.”⁶⁶

Existe, nesse símbolo, uma nítida intenção de vincular a abolição da escravidão ao contexto farroupilha. Inclusive, em sua inscrição não consta, nitidamente: “massacre de Porongos”, em que os Lanceiros Negros foram dizimados na traição, como o identificado nas cartas escritas entre as lideranças farrapas e os legalistas⁶⁷. Situação que isenta de certa forma os farrapos do episódio mesmo que a lápide esteja ressaltando que os lanceiros estavam “[...] desarmados e foram dizimados”. Por outro lado, a homenagem torna-se singela em um parque considerado um dos territórios mais visitados pelo público no Estado, e que consagra, em seus espaços (após os projetos de ajardinamento, realizados em 1941), os recantos alpino, europeu, oriental, roseiral e solar⁶⁸.

A promessa, em 2004, feita por Margarete Moraes, presidenta da Câmara (de partido progressista), e pelo Secretário de Cultura, Roque Jacoby (de partido de centro-direita), à época, previa a colocação de um monumento no local⁶⁹. Promessa não realizada. O que não impediu, contudo, as intelectuais negras de resistirem à memória das populações negras diante das boas intenções do poder público municipal.

⁶⁶ CORREIO DO POVO. Porto Alegre, [n.p.], 27 nov. 2004. A inauguração do monumento foi em alusão ao pioneirismo de Porto Alegre, “que se vangloria de ser pioneira no assunto” (HASSE, Geraldo; KOLLING, Guilherme. *Lanceiros Negros*. Porto Alegre: Já Editores, 2005. p. 110.). Sobre a concepção e os recursos para a viabilidade do projeto apresentado pelos vereadores localizados na matéria, ver: HASSE; KOLLING, 2005, p. 109-111.

⁶⁷ MAESTRI, 1993; FLORES, 2004.

⁶⁸ GOMES, Roberta Fraga M. *Turismo e cidadania: a Redenção das Africanidades em Porto Alegre*. Porto Alegre: Bestiário, 2012.

⁶⁹ CORREIO DO POVO, 2004.

Irene Santos⁷⁰, atuante nas organizações negras de Porto Alegre, desde a década de 1970, foi coordenadora editorial de uma importante referência à memória das populações negras que viveram no território que hoje é conhecido na memória coletiva de Redenção, em que pese seu nome oficial ser Parque Farroupilha desde 1935⁷¹.

No livro intitulado *Colonos e Quilombolas — Memória fotográfica das colônias africanas de Porto Alegre*, lançado em 2010, composto por textos de memórias e imagens das famílias negras que viveram na região, Irene Santos, Cidinha da Silva, Dorvalina Fialho, Vera Daisy Barcellos e Zoraiva Betiol fazem uma cartografia do território antigamente conhecido como Colônia Africana. Um território majoritariamente formado por famílias negras e que, com a especulação imobiliária, é desterritorializado. A obra coletiva traz outros sentidos e ressemantizações ao ambiente geográfico referentes à presença negra naquele espaço e na capital sul-riograndense, para além de uma lápide motivada por intenções oficiais ou de políticos bem-intencionados. Conforme Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, em texto produzido na apresentação do livro:

Após a promulgação da lei que livraria, em maio de 1888, os negros do jugo da escravidão, muitos deles construíram suas moradias, na área próxima à várzea da Redenção, que recebera esta denominação para rememorar os efeitos da referida lei. Muitos dos habitantes da Colônia Africana haviam se tornado empregados nas mansões das famílias muito abastadas [...].⁷²

No Ceará, a antropóloga Vera Rodrigues⁷³ faz uma reflexão pertinente a partir de suas próprias experiências na decantada “Terra da Luz” ou “Terra do Sol”, como é

⁷⁰ SANTOS, Irene *et al* (org.). *Colonos e quilombolas: memória fotográfica das colônias africanas de Porto Alegre*. Porto Alegre: [s.n.], 2010.

⁷¹ Um exemplo de oralitura, foi a performance ocorrida em setembro de 2013, por ocasião da Semana Farroupilha, do espetáculo *Mixtu*, do programa “O Bairro Faz”, realizada no Saguão do Centro Administrativo Municipal de Caxias do Sul em 2009. Homens e mulheres negros e negras representaram os Lanceiros Negros, no solfejo, na voz, em outros tempos e espaços, atualizando em corpos e ressignificando em memórias a história dos lanceiros negros gaúchos. LANCEIROS NEGROS: A história da traição farroupilha aos escravos libertos. *O Expresso*, 19 set. 2013. Disponível em: <https://jornaloexpresso.com/2013/09/19/lanceiros-negros-a-historia-da-traicao-farroupilha-aos-escravos-libertos/>. Acesso em: 21 nov. 2022.

⁷² SILVA, Petronilha B. Gonçalves e. Apresentação. In: SANTOS, Irene *et. al* (org.). *Colonos e quilombolas: memória fotográfica das colônias africanas de Porto Alegre*. Porto Alegre: [s.n.], 2010. p. 16.

⁷³ RODRIGUES, Vera Regina. Entre a “negra nua” e a “cidadania negra”: notas etnográficas sobre identidade negra no Nordeste do Brasil. In: ALENCAR, Claudiana Nogueira de; COSTA, Maria de

conhecido o estado pioneiro da abolição por seu clima. Doutora, antropóloga, mulher negra sul-rio-grandense, em seu trânsito pela cidade de Fortaleza ou de Redenção, em suas notas etnográficas, Vera nos conta que é muito comum, no cotidiano cearense, as pessoas negras serem tratadas como estrangeiras vindas da África ou de outros estados do Brasil, como o Maranhão e a Bahia. Em relação à Bahia, tem-se na pesquisa de Joel Alves Bezerra⁷⁴ um importante *continuum* interpretativo dessa situação, já que os negros da Bahia seriam negros autênticos e, no Ceará, a presença endógena dos corpos negros e de sua cultura teriam desaparecido ou inexistido. Em relação à sua ascendência gaúcha, a antropóloga relata-nos as impressões dos cearenses ao relacionar o Rio Grande do Sul com um estado marcadamente branco e loiro, e com as belezas de Gramado⁷⁵. Vera Rodrigues apresenta-nos discussões acerca de seu projeto intitulado *Apagamento do negro na Terra do Sol*, em que analisa a trajetória de estudantes africanos que chegam ao Sertão Central para estudar na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)⁷⁶.

O mito abolicionista da cidade de Redenção perpassa os monumentos locais, dentre os quais se destaca a *Negra Nua*. “Um monumento na entrada da cidade no formato da imagem da mulher nua, de joelhos com as mãos erguidas para o alto em agradecimento à liberdade recebida.” Conforme Rodrigues, essa imagem está presente nos produtos locais (doces e cachaças). Para a autora “[...] essas imagens são vazias de historicidade e sentido político.” Em relação aos estudantes africanos, essas imagens “[...] causam-lhes, por vezes, um certo constrangimento e incômodo.”⁷⁷

F. Vasconcelos da; COSTA, Nelson Barros da (org.). *Discursos, fronteiras e hibridismo*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2017. p. 61-82.

⁷⁴ BEZERRA, Joel Alves. “*Uma noite na Bahia?*”: uma perspectiva histórica das africanidades e da capoeira no Ceará (1853-1955). 2021. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Humanidades) – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2021.

⁷⁵ RODRIGUES, 2017.

⁷⁶ A Unilab é uma instituição pública mantida pela União. Redenção no Ceará foi escolhida como sede da instituição por ser a primeira cidade brasileira a abolir a escravidão no ano de 1883. O campus do Malês, situado em São Francisco do Conde, na Bahia, está localizado em um município que concentra o maior percentual de negros no Brasil, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). BARROS, Deolindo Nunes de; NOGUEIRA, Sílvia Garcia. Cooperação educacional internacional Brasil/África: do Programa Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). *Revista de Estudos Internacionais (REI)*, João Pessoa, v. 6, n. 2, p. 117-133, 2015. p. 126.

⁷⁷ RODRIGUES, 2017, p. 75.

Todavia, no contexto político em que a Unilab foi criada, as ações afirmativas reivindicadas pelos movimentos sociais negros passam a ser uma realidade nas universidades brasileiras, sobretudo pela lei de cotas (Lei nº 12.711/2012). De acordo com Nilma Lino Gomes, “[...] seja para confirmá-las ou refutá-las, a universidade passou a dedicar parte de seu tempo a perceber que os jovens negros e negras existem e que lutam pelo direito de entrar nesse lugar e partilhar desse espaço de produção de conhecimento.” Ainda conforme a autora: “[...] as ações afirmativas tocam, de maneira nuclear, na cultura política e nas relações de poder.”⁷⁸ Situação que — por meio dos projetos de extensão e de pesquisa desenvolvidos nas mesmas universidades — inevitavelmente tensiona de forma crítica as relações sociais e os conhecimentos reproduzidos nas regiões em que se localizam as instituições de ensino.

No dia 25 de julho de 2017, Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra, e Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, o Grupo de Pesquisa Escritas do Corpo Feminino (Unilab/UFRJ), em parceria com outras instâncias da universidade, realizou, na cidade de Redenção, o evento “As pretas na Unilab”. Uma das ações da atividade ocorreu em frente ao monumento *Negra Nua* que, na ocasião, foi vestida com panos. Tal situação, denunciada por alguns moradores da cidade, evidencia as disputas em torno da manutenção da memória coletiva e sua relação com o pioneirismo da abolição. Diante da situação, a organização do evento, respondeu que: “não houve a intenção de depredar o patrimônio, [...] a proposta foi de promover uma reflexão sobre o protagonismo das mulheres negras na construção da sociedade brasileira”⁷⁹. E acrescenta:

[...] foi justamente para pôr em discussão a representação da mulher negra, sobretudo da escravizada, como figura subalterna, que algumas participantes fixaram tecidos que cobriram a nudez retratada no ‘Monumento Negra Nua’, utilizando fita adesiva que em nada trouxe de dano material ao monumento. Após o evento, todo o material foi recolhido.⁸⁰

⁷⁸ GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador*. Petrópolis: Vozes, 2017. p. 114.

⁷⁹ ASSECOM. Grupos e setores da Unilab divulgam nota sobre suposta depredação do Monumento Negra Nua. *Unilab*, 31 jul. 2017. On-line. Disponível em: <https://unilab.edu.br/2017/07/31/grupos-e-setores-da-unilab-divulgam-nota-sobre-suposta-depredacao-do-monumento-negra-nua/>. Acesso em: 19 nov. 2022.

⁸⁰ ASSECOM, 2017, on-line.

No tocante às relações de poder diante de uma sociedade que silencia os corpos e as representações negras, no ano posterior, em 2018, o evento *Pretas na Unilab*, em sua segunda edição, teve como tema o “Empoderamento pela apropriação do conhecimento”. Suas atividades, novamente, foram realizadas em frente ao monumento. Além dele, na cidade há a estátua do *Negro Liberto* e um busto da *Princesa Isabel*⁸¹. De acordo com as impressões de Vera Rodrigues, a partir da Unilab, no Ceará, outros sentidos passam a ser tencionados no que diz respeito à memória e às relações identitárias na região do Sertão, definitivamente marcando a história, a memória e, principalmente, a presença positiva das populações negras em Redenção e no Ceará.

Considerações finais

Sem dúvidas, as escritas são importantes. Muitas advêm dos Programas de Pós-Graduação do Rio Grande do Sul e do Ceará e com ascendente atuação dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros. Esses — potencializados pelas políticas de ações afirmativas com preferências de estudos culturais, sociais e políticos relacionados às temáticas negras — têm se dedicado a atualizar a memória e a história das populações negras.

Contudo, os representantes das organizações negras — os sujeitos não necessariamente acadêmicos — igualmente merecem destaque, pois “[...] emergem das escrituras” ressignificados, já que, durante muito tempo, suas memórias e histórias foram silenciadas ou reproduzidas por outros interlocutores. Os seus corpos, as suas memórias, a oralitura que versa Leda Martins, tensionam a sociedade para além do conhecimento escrito, e transformam o trato político e social na vida real. Os espaços públicos, a partir da ação e da produção negra, tornam-se lugares reivindicativos por dias melhores no combate à discriminação racial e ao racismo. Possibilitando novos sentidos ao conhecimento e a uma escrita da história e ao ato de lembrar mais amplos com vistas a um entendimento que elabore uma melhor

⁸¹ RODRIGUES, 2017.

compreensão das percepções da realidade que experienciamos no passado e em nosso presente. É sobre o quanto nós e o nosso País precisam avançar para que tenhamos uma sociedade justa, dada pelo reconhecimento das diferenças, e que agrega qualidade na construção de um Rio Grande do Sul e de um Ceará realmente democráticos ante as harmonias que mantêm e reproduzem o *status quo*.

Referências

ALONSO, Angela. O abolicionismo como movimento social. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 100, p. 115-137, nov. 2014.

ASSECOM. Grupos e setores da Unilab divulgam nota sobre suposta depredação do Monumento Negra Nua. *Unilab*, 31 jul. 2017. Disponível em: <https://unilab.edu.br/2017/07/31/grupos-e-setores-da-unilab-divulgam-nota-sobre-suposta-depredacao-do-monumento-negra-nua/>. Acesso em: 19 nov. 2022.

ATA DE REUNIÕES da Câmara da Vila de Acarape. Acervo do Museu Memorial da Liberdade, Redenção/Ceará, 19 de maio de 1888.

BAKOS, Margaret Marchiori. *Escravidão e Abolição no Rio Grande do Sul*. 2. ed. Londrina: Eduel, 2018.

BAKOS, Margaret Marchiori. Julio de Castilhos e a campanha abolicionista. In: AXT, Gunter et al (org.). *Julio de Castilhos e o paradoxo republicano*. Porto Alegre: Nova Prova, 2005. p. 217-228.

BARROS, Deolindo Nunes de; NOGUEIRA, Silvia Garcia. Cooperação educacional internacional Brasil/África: do Programa Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). *Revista de Estudos Internacionais (REI)*, João Pessoa, v. 6, n. 2, p. 117-133, 2015.

BARROSO, Parsifal. *O cearense*. Rio de Janeiro: Record, 1969.

BASTIDE, Roger. *Brasil, Terra de Contrastes*. São Paulo: Difel, 1979.

BEZERRA, Joel Alves. *“Uma noite na Bahia?”: uma perspectiva histórica das africanidades e da capoeira no Ceará (1853-1955)*. 2021. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Humanidades) – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2021.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional – O negro na sociedade escravocrata do RS*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

CARDOSO, Gleudson Passos. *Padaria Espiritual: biscoito fino e travoso*. 2. ed. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006.

CHANDLER, Bill. Os escravistas renitentes de milagres: um pós-escrito à história da escravidão no Ceará. In: STUDART FILHO, C. *Revista do Instituto do Ceará*, 1966. p. 169-176. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1966/1966-RevisionismoHistoricoeaHistoriadooCeara.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2022.

CORREIO DO POVO. Porto Alegre, [n.p.], 27 nov. 2004.

COSTA, Emilia Viotti da. *A abolição*. São Paulo: Global, 1982.

COSTA, Emilia Viotti da. *Da Monarquia à República – Momentos decisivos*. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

ESCOBAR, Giane Vargas. *Clubes sociais negros: lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial*. 2010. 205 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

FERREIRA SOBRINHO, José Hilário. *Catirina, minha nêga tão querendo te vende*. Escravidão, tráfico e negócios no Ceará do século XIX. Fortaleza: Secult, 2011.

FLORES, Moacyr. *Negros na Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: EST, 2004.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora S.A, 1981.

FUNES, Eurípedes Antônio. Negros no Ceará. In: SOUZA, Simone de. *Uma nova História do Ceará*. 4. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007. p. 103-132.

GOMES, Arilson dos Santos. Escravidão e Pós-Abolição no Ceará: memórias e trajetórias das populações libertas na cidade de Redenção. *Revista Crítica Histórica*, Maceió, v. 12, n. 23, p. 189-221, 2021. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/criticahistorica/article/view/11498>. Acesso em: 23 nov. 2022.

GOMES, Arilson dos Santos. *Joaquim Nabuco: o visionário político das ações de inclusão social (1849-1910)*. Pelotas: Ufpel, 2010.

GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador*. Petrópolis: Vozes, 2017.

GOMES, Roberta Fraga M. *Turismo e cidadania: a Redenção das Africanidades em Porto Alegre*. Porto Alegre: Bestiário, 2012.

HASSE, Geraldo; KOLLING, Guilherme. *Lanceiros Negros*. Porto Alegre: Já Editores, 2005.

IRFFI, Ana S. Ribeiro P. Cortez. *O Cabra do Cariri Cearense: a invenção de um conceito oitocentista*. 2015. 354 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

LANCEIROS NEGROS: A história da traição farroupilha aos escravos libertos. *O Expresso*, 19 set. 2013. Disponível em: <https://jornaloexpresso.com/2013/09/19/lanceiros-negros-a-historia-da-traicao-farroupilha-aos-escravos-libertos/>. Acesso em: 21 nov. 2022.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2003.

LINHARES, Juliana M. “Precisa-se de um criado bom, livre ou escravo”. O serviço doméstico em Fortaleza em fins do século XIX. In: FUNES, Eurípedes Antônio; RODRIGUES, Eylo Fagner Silva; RIBARD, Franck (org.). *Histórias de Negros no Ceará*. [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Editora Fi, 2020. p. 82-106.

LIVE O ABOLICIONISMO E AS ORGANIZAÇÕES NEGRAS NO RIO GRANDE DO SUL E NO CEARÁ. *Youtube*, 24 maio 2022. Transmitido pelo canal CHC Santa Casa, 1 vídeo sonor., color. (1h35min14s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5BY2YnBNKgc&t=353s>. Acesso em: 19 nov. 2022.

LIVRO DE PRATA de 1884, Museu do Ceará. São Paulo: Banco Safra, 2012.

MAESTRI, Mario. *O escravo gaúcho – resistência e trabalho*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1993.

MARTINS, Leda. Performances da oralitura: corpo, lugar da memória. *Letras*, Santa Maria, n. 26, p. 63-81, 2003.

MARTINS, Paulo H. de Souza. *Escravidão, Abolição e Pós-Abolição no Ceará: sobre histórias, memórias e narrativas dos últimos escravos e seus descendentes no Sertão Cearense*. 2012. 128 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

MILES, Tshombe L. *A luta contra a escravatura e o racismo no Ceará*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2011.

MOREL, Edmar. *Vendaval da liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

NASCIMENTO, Joelma Gentil do. *Memórias organizativas do movimento negro cearense: algumas perspectivas e olhares das mulheres militantes, na década de oitenta*. 2012. 189 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

OLIVEIRA, Ana A. Rodrigues de. Memória em disputa: o negro e a abolição no Museu do Ceará. *In: FUNES, Eurípedes Antônio et al (org.). África, Brasil, Portugal: História e Ensino de História*. Fortaleza: Editora da UFC, 2010. p. 252-267.

PEREIRA, Lúcia R. Brito. *Cultura e Afrodescendência: Organizações Negras e suas estratégias educacionais em Porto Alegre (1872-2002)*. 2008. 450 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

RATTS, Alecsandro J. P. Os povos invisíveis: territórios negros e indígenas no Ceará. *Cadernos Ceru*, São Paulo, série 2, n. 9, p. 109-127, 1998.

RIEDEL, Oswaldo de Oliveira. *Perspectiva antropológica do escravo no Ceará*. Fortaleza: Editora da UFC, 1988.

RODRIGUES, Vera Regina. Entre a “negra nua” e a “cidadania negra”: notas etnográficas sobre identidade negra no Nordeste do Brasil. *In: ALENCAR, Claudiana Nogueira de; COSTA, Maria de F. Vasconcelos da; COSTA, Nelson Barros da (org.). Discursos, fronteiras e hibridismo*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2017. p. 61-82.

SANTOS, Irene *et al* (org.). *Colonos e quilombolas: memória fotográfica das colônias africanas de Porto Alegre*. Porto Alegre: [s.n.], 2010.

SILVA, Petronilha B. Gonçalves e. Apresentação. *In: SANTOS, Irene et. al* (org.). *Colonos e quilombolas: memória fotográfica das colônias africanas de Porto Alegre*. Porto Alegre: [s.n.], 2010.

SILVA, Petronilha B. Gonçalves e. *Histórias de operários negros*. Porto Alegre: EST, 1987.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOUSA, Antonio Vilamarque C. de. *Da “negrada negada” a negritude fragmentada: o movimento negro e os discursos identitários sobre o negro no Ceará (1982-1995)*. 2006. 191 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

VIEIRA, Jofre Teófilo. “Uma conspiração de cozinha tantas vezes fataes a sala”: o motim dos pretos da Laura em 1839. *In: FUNES, Eurípedes Antônio; RODRIGUES,*

Eylo Fagner Silva; RIBARD, Franck (org.). *Histórias de Negros no Ceará*. [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Editora Fi, 2020. p. 148-171.

XAVIER, Patrícia Pereira. História, Memória e Historiografia: o Dragão do Mar na escrita de Edmar Morel (1949). *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25.*, 2009, Fortaleza. *Anais (...)*. Fortaleza: ANPUH, 2009.

ZUBARAN, Maria Angélica. A invenção branca da liberdade negra: memória social da abolição em porto alegre. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, Uberlândia, v. 6, n. 3, p. 1-16, 2009.